

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE (EMS) DE TAVIRA

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I – Disposições GeraisCLÁUSULA 1.^a - ObjetoCLÁUSULA 2.^a – ContratoCLÁUSULA 3.^a – PrazoCLÁUSULA 4.^a – Preço base**CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais****SECÇÃO I – Disposições do prestador de serviços****SUBSECÇÃO I – Disposições gerais**CLÁUSULA 5.^a – Obrigações principais do prestador de serviçosCLÁUSULA 6.^a – Fases da prestação do serviçoCLÁUSULA 7.^a – Forma de prestação do serviçoCLÁUSULA 8.^a – Prazo de prestação do serviçoCLÁUSULA 9.^a – Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contratoCLÁUSULA 10.^a – Transferência da propriedadeCLÁUSULA 11.^a – Conformidade e garantia técnica**SUBSECÇÃO II – Dever de sigilo e proteção de dados**CLÁUSULA 12.^a – Objeto do dever de sigiloCLÁUSULA 13.^a – Prazo do dever de sigiloCLÁUSULA 14.^a – Proteção de dados**SECÇÃO II – Obrigações do Município de Tavira**CLÁUSULA 15.^a - Preço contratualCLÁUSULA 16.^a - Condições de pagamento**CAPÍTULO III – Penalidades contratuais e resolução**CLÁUSULA 17.^a - Penalidades contratuaisCLÁUSULA 18.^a - Força maiorCLÁUSULA 19.^a – Resolução por parte do contraente públicoCLÁUSULA 20.^a – Resolução por parte do prestador de serviços**CAPÍTULO IV – Caução e seguros**CLÁUSULA 21.^a – CauçãoCLÁUSULA 22.^a – Seguros

CAPÍTULO V – Resolução de litígios

CLÁUSULA 23.^a – Foro competente

CAPÍTULO VI – Disposições finais

CLÁUSULA 24.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

CLÁUSULA 25.^a – Comunicações e notificações

CLÁUSULA 26.^a – Contagem dos prazos

CLÁUSULA 27.^a – Gestor do contrato

CLÁUSULA 28.^a – Avaliação de fornecedores

CLÁUSULA 29.^a – Legislação aplicável

ANEXO I - Especificações técnicas da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira (EMS), visando o prosseguimento do disposto no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

2 – A prestação de serviços inclui a elaboração de todos os trabalhos necessários ao cumprimento dos objetivos que estão subjacentes, em conformidade com o descrito no Anexo I do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 – O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 575 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - O contrato produz efeitos no dia seguinte ao da sua outorga.

Cláusula 4.ª

Preço base

O preço base é o preço máximo que o Município de Tavira se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, correspondendo a 15.500,00 € (quinze mil e quinhentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nos artigos contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o trabalho adjudicado, com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para execução do trabalho, no convite, caderno de encargos, na proposta apresentada e no contrato a celebrar;
- c) Garantir a gestão global de todo o projeto de forma à preparação, execução e monitorização de todas as ações, cumprimento do cronograma afetos à elaboração do plano de trabalho e, ainda, a garantia da qualidade do projeto e de participação de todos os diferentes intervenientes, durante todo o processo;
- d) Dar cumprimento ao disposto do artigo 419.º - A, aplicável nos termos do n.º 13 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) Realizar todo o procedimento em articulação com:

- i) O Departamento de Desenvolvimento Sociocultural do Município de Tavira;
- ii) A Divisão de Assuntos Sociais do Município de Tavira;
- iii) A Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa do Município de Tavira;
- iv) O Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde, caso o mesmo se encontre em funcionamento;
- v) O Conselho Municipal de Saúde ou as entidades que o compõem, caso não se encontre implementado;
- vi) O Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social e a equipa afeta ao Projeto Radar Social;
- vii) As entidades públicas/privadas e os elementos da comunidade mobilizados para o processo.

f) Garantir uma produção nas melhores condições técnicas, humanas e materiais, utilizando os conhecimentos e meios necessários, adequados à prestação do serviço no sentido de apresentar um produto final de qualidade e adequado ao objeto do contrato;

g) Possuir certificado para a execução de ações metodológicas associadas à realização da presente operação, tendo em sua posse todas as autorizações, consentimentos, aprovações e registos necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

h) Formar uma equipa de trabalho multidisciplinar com experiência, tendo em consideração o âmbito do estudo e o planeamento de ações que se pretenda levar a cabo, composta pelo menos, por:

- i) Um(a) coordenador(a) de projeto com formação na área das Ciências Biomédicas, com experiência comprovada de integração em equipas que materializaram documentos estratégicos municipais em áreas psicossociais e de desenvolvimento comunitário;
- ii) Um elemento com formação e experiência em métodos e técnicas quantitativas e qualitativas em investigação com preparação em recursos/ferramentas avançadas (plataformas digitais/eletrónicas de tratamento e análise de dados estatísticos), com experiência comprovada de integração em equipas que materializaram documentos estratégicos municipais em áreas psicossociais e de desenvolvimento comunitário;
- iii) Um elemento com formação e experiência na implementação de modelos sociais participativos, de parcerias e dinâmicas integradas na abordagem metodológica *bottom-up*, na definição de estratégias na área da saúde e sua implementação, com experiência comprovada de integração em equipas que materializaram documentos estratégicos municipais em áreas psicossociais e de desenvolvimento comunitário.

2 – De entre os elementos que compõem a equipa afeta aos serviços contratualizados, deverá ser indicado o(a) interlocutor(a) do adjudicatário com o adjudicante, bem como, quem o(a) substitui em caso de qualquer impedimento.

3 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda abrangido, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem

como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo a preparação, execução e encargos de todos os trabalhos.

Cláusula 6.ª

Fases de prestação do serviço

1 – Tendo em consideração os objetivos que são delineados no Anexo I os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

- **Fase 1** – Plano detalhado dos trabalhos, por etapas a realizar e estabelecimento de cronograma;
- **Fase 2** – Trabalhos de diagnóstico, pesquisa e auscultação da comunidade (enquadramento e análise global do município);
- **Fase 3** – Trabalhos referentes à análise e proposta, concretizando a versão *draft* da EMS, parte prospetiva (eixos estratégicos);
- **Fase 4** – Redação final da Estratégia Municipal de Saúde, a sujeitar a aprovação dos órgãos municipais;
- **Fase 5** – Apresentação/divulgação da EMS;
- **Fase 6** – Monitorização e avaliação da implementação da EMS, verificando a eficácia das medidas implementadas e a elaboração de proposta/s de melhoria.

Cláusula 7.ª

Forma de prestação do serviço

1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade de mensal, reuniões de coordenação e acompanhamento, com os interlocutores da Divisão de Assuntos Sociais, do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (caso o mesmo se encontre em funcionamento), do Conselho Municipal de Saúde (ou as entidades que o compõem, caso não se encontre implementado), do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social.

2 – As reuniões mencionadas e previstas no número anterior são de forma presencial, nas instalações do Município de Tavira. Caso não seja possível a sua realização, as mesmas devem ser efetuadas através de plataformas de comunicação *on-line* de acesso validado e certificado pelo Município de Tavira.

3 - As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte de prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia e respetiva ordem de trabalhos.

4 – O prestador de serviços fica obrigado a apresentar ao Município de Tavira, com uma periodicidade de 3 meses, um relatório com a evolução e desenvolvimento de todas as operações objeto do serviço e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

5 – No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

6 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português, de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

Cláusula 8.ª

Prazo de prestação do serviço

1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos, no prazo máximo a seguir descrito, salvaguardando-se o articulado nas fases mencionadas no artigo 6.º do presente caderno de encargos:

- **Fase 1** – Prazo máximo de 30 dias, a contar da data da celebração do contrato;
- **Fase 2** – Prazo máximo de 60 dias, após a aprovação da fase 1;
- **Fase 3** – Prazo máximo de 60 dias, após a aprovação da fase 2;
- **Fase 4** – Prazo máximo de 30 dias, após a aprovação da fase 3;
- **Fase 5** – Prazo máximo de 30 dias, após a aprovação da fase 4;
- **Fase 6** – Prazo máximo de 365 dias, após a aprovação da fase 5.

Cláusula 9.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1 – No prazo de 15 dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município de Tavira, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - O prazo que compõe cada fase suspende-se enquanto decorrer a análise a efetuar pelo Município de Tavira.

3 – Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Tavira, toda a cooperação e todos esclarecimentos necessários.

4 – No caso de a análise do Município de Tavira que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, o Município de Tavira deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

5 – No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Tavira, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

6 – Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Tavira procede a nova análise nos termos do n.º 1.

7 – Caso a análise do Município de Tavira a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Tavira.

8 – A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

9 – Para o acompanhamento da execução da Fase 6 o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade de trimestral, reuniões de acompanhamento com os interlocutores da Divisão de Assuntos Sociais, do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (caso o mesmo se encontre em funcionamento), do Conselho Municipal de Saúde (ou as entidades que o compõem, caso não se encontre implementado), do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, visando a monitorização da EMS e a avaliação do/s plano/s de ação implementado/s pelo município (avaliação da eficácia das medidas propostas), bem como a elaboração de possíveis propostas de melhoria.

Cláusula 10.ª

Transferência da propriedade

1 - Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 7 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Tavira, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais, metodológicas e técnicas abrangidos pelos serviços a prestar, bem como as bases de dados e demais elementos provenientes da recolha documental e estatística.

2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 11.ª

Conformidade e garantia Técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Tavira em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de Sigilo e Proteção de Dados

Cláusula 12.ª

Objeto do dever de sigilo

1 - O adjudicatário está vinculado ao dever de guardar sigilo, termos em que garante o seu sigilo e do pessoal a seu cargo relativamente a toda a informação e documentação, técnica e não técnica, financeira, comercial ou outra, relativa ao Município de Tavira e demais entidades alocadas à presente operação, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.ª

Proteção de dados

1 - O adjudicatário fica expressamente vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação complementar, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao adjudicatário.

2 - O adjudicatário fica limitado ao tratamento de dados pessoais ao necessário para cada finalidade específica, nomeadamente quanto à qualidade de dados pessoais recolhidos, à expressão do seu tratamento, à sua acessibilidade e ao prazo de conservação.

3 - O adjudicatário deverá ter a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e serviços de tratamento, de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico.

Secção II

Obrigações do Município de Tavira

Cláusula 15.^a

Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Tavira deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:

- Fase 1 - 5%;
- Fase 2 - 30%;
- Fase 3 - 30%;
- Fase 4 - 10%;
- Fase 5 - 5%;
- Fase 6 - 20%.

Cláusula 16.^a

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo Município de Tavira, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Tavira das respetivas faturas, as quais devem mencionar obrigatoriamente o número sequencial do compromisso e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a entrega dos elementos/execução dos serviços a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 17.^a

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Tavira pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos, referentes a cada fase do contrato:

- I. 1 ‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 15 dias e por cada dia de atraso;
- II. 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual, nos segundos 15 dias e por cada dia de atraso;
- III. Nos 30 (trinta) dias subsequentes, a multa será de 5 ‰ (cinco por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso, após os quais o Município de Tavira poderá rescindir unilateralmente o contrato.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Tavira pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20 % do preço contratual.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Tavira tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - O Município de Tavira pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Tavira exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da

parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas elétricos, informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devem estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Tavira pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada, qualquer das respetivas obrigações que lhe incumbem.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 – O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Tavira, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso, nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.
- 3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

IV

Caução e seguros

Cláusula 21.ª

Caução

Não será exigida a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, contudo a entidade adjudicante procederá à retenção de 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 22.ª

Seguros

- 1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício.
- 2 – O Município de Tavira pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-los no prazo de 10 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 24.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, bem como por correio eletrónico definido para o efeito.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.ª

Gestor do contrato

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a sua execução será Maria da Saúde Gonçalves Xavier, técnica superior da Divisão de Assuntos Sociais.

Nas faltas e impedimentos destes, o gestor do contrato indicado, será substituído por Dearkson Michel Melita Vieira, Chefe da Divisão de Assuntos Sociais.

Cláusula 28.ª

Avaliação de fornecedores

O Município de Tavira tem implementado um sistema de avaliação de fornecedores, sustentado numa metodologia que prevê a avaliação de todas as aquisições e locações de bens móveis e de aquisições serviços contratadas pelos serviços municipais, cuja informação se encontra disponível para consulta em www.cm-tavira.pt

tavira.pt. Os resultados da avaliação do desempenho dos fornecedores são divulgados na página da internet do Município, acessível no mesmo site em www.cm-tavira.pt.

Cláusula 29.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Estratégia Municipal de Saúde de Tavira (EMS)

1. Enquadramento:

No âmbito da Lei-Quadro da transferência de competências para autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foram consignadas novas atribuições aos municípios na área da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2028, de 16 de agosto. No seu seguimento, o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, dota os municípios portugueses de competências que alargam a sua esfera de atuação no plano das políticas na área da saúde dos respetivos territórios.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal, elaborar a Estratégia Municipal de Saúde (EMS), em alinhamento com as políticas públicas desenvolvidas nos planos regionais, nacionais, europeus e mundiais, constando-se como um documento dotado de visão estratégica, de âmbito programático e operacional, de base territorial, objetivando a concretização de medidas e ações na área, com respetivas linhas orientadoras, metas, indicadores, estratégias, atividades, parcerias, recursos e devida calendarização, devendo o documento, apresentar uma forte componente pública, em concomitância com a participação e acompanhamento pelo Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde, caso o mesmo se encontre em funcionamento, pelo Conselho Municipal de Saúde ou as entidades que o compõem, caso não se encontre implementado, pelo Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social e a equipa afeta ao Projeto Radar Social, pelas entidades públicas/privadas e os elementos da comunidade mobilizados para o processo e submetido à Assembleia Municipal.

Neste sentido, a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira, deverá ser realizada em articulação com o Município de Tavira, designadamente o Departamento de Desenvolvimento Sociocultural, a Divisão de Assuntos Sociais e a Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa.

A EMS é um instrumento de planeamento com diagnóstico, análise e planificação, que deve envolver os *stakeholders* da área da saúde, para potenciação de plano prospetivo e estratégico de base territorial, direcionado para a área da saúde, qualidade de vida e coesão social e implementação de políticas territoriais, definindo eixos prioritários de intervenção com vista a uma maior eficácia e eficiência na atuação permitindo uma correta leitura da realidade concelhia e visando o recenseamento e a expressão dos principais problemas, recursos, potencialidades e prioridades de intervenção em estreita articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo como base o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

A EMS constituir-se-á como um documento de base e orientador das políticas de saúde do município, elaborado de forma participativa com a sociedade civil, com um horizonte temporal entre 2024-2030.

Enquanto processo, privilegiará a participação pública e democrática na construção das políticas públicas na área da saúde, contribuindo para a definição e implementação de uma visão estratégica a curto, médio e longo prazo para o município, visando literacia na saúde, estilos de vida, rastreios, acessibilidade, comunicação e divulgação, entre outros.

Assim, o adjudicatário deverá potenciar espaços presenciais e *online* de forma participativa visando o diagnóstico da realidade e a construção de eixos e medidas na área da saúde, contribuindo para a definição de uma visão estratégica e operacional para o município, para que sejam auscultando todos atores e atrizes e as entidades na área (públicas e privadas), bem como os/as cidadãos/ãs de forma geral, aferindo dinâmicas e impactos sociais, potencialidades e fragilidades na inclusão e a respetiva casualidade, visando a articulação e concertação da sociedade quanto aos interesses e possibilidade do poder público e a facilitação da execução das políticas públicas na área a saúde.

A elaboração da EMS deverá potenciar a criação de espaços de consulta e debate, troca de informação entre o município e a sociedade/comunidade, devendo integrar duas modalidades de consulta e participação pública: a presencial, com data, hora e locais definidos, para apresentar e discutir a estratégia com todos/as os/as intervenientes e interessados/as e a modalidade digital, como forma de complemento aos espaços de interação física, devendo esta última, poder comportar o uso de plataforma *online*, com ferramentas de comunicação e interação, *chat*, vídeo, mapas, mecanismos de consulta e outros recursos.

Pretende-se a concretização de um documento de diagnóstico e planeamento que realize a projeção demográfica dos/as utentes, caracterize a rede e oferta de serviços e equipamentos de saúde no concelho, identificando as principais carências e problemáticas sociais e de saúde, determinando os domínios e os locais de intervenção prioritária, programas e projetos na área da saúde, definidos critérios de programação dos serviços e equipamentos, propondo uma programação orientadora na área da saúde, compreendendo outras dinâmicas associadas ao setor, identificando modelos de gestão públicos e privados domínios prioritários de intervenção, a evolução do orçamento para a saúde e a sua distribuição pelas diversas áreas, visando a racionalização e rentabilização de recursos, de carácter multivetorial, multidisciplinar e transversal, assumindo a presente estratégia como um modelo integrado numa região e na sub-região do Sotavento.

Como instrumento de planeamento incluirá uma análise *SWOT*, nas vertentes diagnósticas e prognóstica, definidos estratégias e ações concretas, em alinhamento com as políticas e estratégicas nacionais e europeias, potenciando e qualificando cenários de financiamento no âmbito de programas e medidas na área da saúde, que garantam a continuidade e sustentabilidade das mesmas e a avaliação do seu impacto.

Pretende-se igualmente, organizar um Sistema de Informação digital, consistindo numa base de dados dinâmica, onde constem as informações e indicadores recolhidos e utilizados na elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira, por forma a facilitar a sua atualização e facilitar o processo de acompanhamento da execução.

Os prazos de execução global, e por cada uma das fases, deverão ser propostos pelo adjudicatário, sendo que a entrega final do documento deverá acontecer no prazo de 6 meses após a adjudicação, sendo que a mesma deverá ser alvo de avaliação e monitorização pelo prestador de serviços nos 12 meses subsequentes, nos termos definidos na Fase 6.

Pretende que a EMS se assuma como base que suporte e enquadre todo o desenvolvimento e dinâmicas na área saúde do município.

2. Fases de elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira

Para a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira, deverão ser consideradas as seguintes fases:

✓ Fase 1 – Plano detalhado dos trabalhos, por etapas a realizar e estabelecimento de cronograma

Nesta fase o adjudicatário deverá realizar e propor um detalhado plano de trabalhos, mediante a indicação de etapas a realizar e o estabelecimento de um cronograma, tendo em vista a elaboração da EMS, alinhada com as premissas resultantes da lei em vigor e com as políticas públicas desenvolvidas nos planos regionais, nacionais e europeus até 2030, no seguimento da auscultação dos/as interlocutores/as do/a:

- Pelouro dos Assuntos Sociais, Desporto e Saúde;
- Departamento de Desenvolvimento Sociocultural;
- Divisão de Assuntos Sociais;
- Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa.

Ainda no presente âmbito, o adjudicatário deverá planear e propor ações tendentes a garantir mecanismos de consulta e participação pública, nas etapas da construção do documento, através do envolvimento do/e:

- Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social e da equipa afeta ao Projeto Radar Social;
- Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde, caso o mesmo se encontre em funcionamento;
- Conselho Municipal de Saúde ou as entidades que o compõem, caso não se encontre implementado;
- Entidades públicas/privadas e elementos da comunidade a mobilizar para o processo.

Cabe ao adjudicatário a preparação dos recursos de comunicação para a divulgação da agenda inerente ao processo, fornecendo ao município atempadamente toda a informação para a comunicação das ações

participativas, visando a sua ampla divulgação nos mais variados suportes, por forma à sua disseminação e ao conhecimento de um maior número de potenciais participantes.

✓ **Fase 2 – Trabalhos de diagnóstico, pesquisa e auscultação da comunidade (enquadramento e análise global do município)**

Nesta fase o adjudicatário deverá efetuar trabalhos de enquadramento e diagnóstico (análise global do município), pesquisa e auscultação das entidades indicadas no 2.º parágrafo referente à fase 1, designadamente:

- a) Realizar o mapeamento da atividade na área da saúde, no território;
- b) Elaborar um diagnóstico na área da saúde, no concelho, efetuando a recolha de dados, contemplando uma visão global referenciadora para o desenvolvimento de medidas de promoção de saúde, estabelecendo uma visão e orientações de desenvolvimento nas áreas prioritárias de intervenção, classificando o acesso à saúde de forma qualitativa e quantitativa (atividade física e bem-estar, alimentação/dieta, consumos aditivos, dependências e adições, saúde mental, incapacidades, acessibilidades, entre outros), verificando conexões e determinantes sociais que afetam o domínio da saúde (educação, condições de vida e de trabalho, habitação, economia, água e esgotos, entre outros) e garantindo a criação das condições necessárias ao nível do contexto rural, urbano e ambiental, aferindo aspirações e representações de munícipes, técnicos/as e demais atores sociais, visando igualmente as redes sociais e comunitárias (população infantojuvenil, adultos, 3.ª idade, pais/encarregados de educação e docentes, famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, doentes e cuidadores, entre outros) em articulação com as entidades públicas e privadas de interesse para a coesão e inclusão social e de saúde, recorrendo a fontes escritas e estatísticas, entre outras;
- c) Realizar momentos de consulta e participação pública, conforme definido no ponto 2.1. da presente cláusula, promovendo o envolvimento das freguesias do concelho e cuja estrutura das sessões deverá ser proposta para validação do município;
- d) Selecionar um conjunto de indicadores socioeconómicos e na área da saúde que situem a cidade/concelho de Tavira, em relação ao país e à região;
- e) Elaborar uma infografia com os dados e informações sobre o concelho, na área da saúde, que permita estabelecer uma perspetiva de perfil de saúde passível de ser apresentada e debatida em reunião do Conselho Municipal de Saúde ou com entidades que o compõem, caso não se encontre implementado e com o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social.

✓ **Fase 3 – Trabalhos referentes à análise e proposta, concretizando a versão *draft* da EMS, parte prospetiva (eixos estratégicos)**

Nesta fase o adjudicatário deverá efetuar trabalhos referentes à versão *draft* da EMS, incluindo a parte prospetiva (eixos estratégicos):

- a) Redigir um documento preliminar de base prognóstica do contexto do fenómeno da saúde, ao nível quantitativo e qualitativo (idade, género e fatores constitucionais, entre outros);
- b) Identificar os eixos estratégicos de desenvolvimento prioritário, com base nas informações do diagnóstico, definindo objetivos, estratégias, metas, ações, recursos e meios disponíveis, bem como as potencialidades e oportunidades de investimento na área, num modelo programático, operativo e interventivo, o qual deve incluir, entre outros aspetos:
 - i. O enquadramento legal, político e metodológico da EMS;
 - ii. A avaliação do perfil de saúde do concelho (apoio social, economia, educação, condições de habitabilidade, programas e projetos na área da saúde, acessibilidades, ambiente, indicadores da saúde, estilos e qualidade de vida, e suas relações com demais dimensões);
 - iii. Os cuidados de saúde em todas as dimensões, com referência aos equipamentos de saúde existentes e eventual (re) organização projetiva;
 - iv. A relação da EMS com as políticas públicas;
 - v. A definição de prioridades (após avaliação do perfil de saúde do município), com identificação de eixos de intervenção e objetivos, com elaboração de uma matriz *SWOT*, com menção de onde e quando atuar;
 - vi. O desenho de um plano de ação e respetivo cronograma, indicando estratégias que contribuíram para os seus objetivos e metas. A sua formulação deverá garantir os recursos passíveis de associação, designadamente ao nível financeiro, humano, logístico e técnico. Devendo igualmente considerar processos de transformação e potenciar as oportunidades decorrentes, colocando em prática novos procedimento e parcerias;
 - vii. A definição de metas a curto, médio e longo prazo, as quais devem ser traduzidas em objetivos quantitativos, com possibilidade de aferição, visando a demonstração do grau de concretização da estratégia, através de avaliação permanente, pretendo a sua reprogramação regular (anual), com um modelo de controlo de evidências e identificação de objetivos, metas, recursos e promotores a afetar e potenciais fontes de financiamento ao nível nacional e comunitário;
 - viii. A definição de um modelo integrado de gestão para a implementação, monitorização e avaliação da EMS.

✓ **Fase 4 – Redação final da Estratégia Municipal de Saúde, a sujeitar a aprovação dos órgãos municipais**

Nesta fase o adjudicatário deverá efetuar e entregar a redação final da EMS a sujeitar a aprovação, incorporando:

- a) O conjunto dos resultados esperados e a identificação das grandes medidas e implementar;
- b) Os prazos de execução das medidas;
- c) O modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da Estratégia Municipal de Saúde de Tavira (indicadores de monitorização e avaliação), indicando os *timings* afetos ao respetivo acompanhamento;
- d) O modelo de governança e mecanismos de consulta e participação.

O documento deverá ser redigido tendo presente que a Estratégia Municipal de Saúde de Tavira será submetida para aprovação do órgão executivo e deliberativo do município, bem como ao Conselho Municipal de Saúde, caso se encontre implementado.

Complementarmente, a totalidade dos elementos recolhidos e/ou construídos ao longo do processo de elaboração da EMS será disponibilizada ao município, em formato editável.

✓ **Fase 5 – Apresentação/divulgação da EMS**

Nesta fase o adjudicatário deverá apresentar publicamente a Estratégia Municipal de Saúde, a efetuar em data, hora e local a combinar com o município, recorrendo a dispositivos digitais.

✓ **Fase 6 – Monitorização e avaliação da implementação da EMS, verificando a eficácia das medidas implementadas e a elaboração de proposta/s de melhoria**

Nesta fase o adjudicatário deverá realizar a monitorização da Estratégia Municipal de Saúde, mediante a avaliação da eficácia das medidas propostas, através de um acompanhamento trimestral, em articulação com o Departamento de Desenvolvimento Sociocultural, a Divisão de Assuntos Sociais, o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde, caso o mesmo se encontre em funcionamento, o Conselho Municipal de Saúde ou as entidades que o compõem, caso não se encontre implementado e o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, sendo que após 12 meses de implementação da EMS, resultará uma avaliação do plano de ação implementado, com a definição de proposta/s de melhoria.